



Universidade Federal
de São João del-Rei

RELATÓRIO - PES 2019

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Novembro 2019

Introdução

Este relatório apresenta os resultados da **Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento** referente às ações planejadas no PES. Pretende-se conhecer de que forma a PPLAN tem alcançado seus objetivos e quanto tem contribuído para UFSJ atingir seus objetivos estratégicos.

O documento apresenta ainda o grau de efetividade das ações, o índice de não cumprimento das ações planejadas, o nível de vulnerabilidade frente aos riscos conhecidos, dentre outros dados relevantes para a tomada de decisões desta setorial e da UFSJ.

Cabe esclarecer que cada índice, indicador ou dado apresentado é analisado visando esclarecer os motivos que levaram ao cumprimento ou não de determinadas ações ou respostas aos riscos.

Objetivos previstos no PES da PPLAN

Os objetivos propostos são:

Objetivo 1: Realizar a reestruturação da PPLAN

Objetivo 2: Implantar o Plano de Logística Sustentável inserido na agenda ambiental da administração pública - Agenda A3P

Objetivo 3: Implantar o Orçamento Participativo na UFSJ

Objetivo 4: Participar da Organização e Elaboração do PDI (2019-2023)

Objetivo 5: Elaborar e acompanhar o Plano Estratégico Setorial - PES (2017-2020), englobando o Plano de Gestão de Riscos, Integridade e Governança Institucional

Objetivo 6: Melhorar os processos/procedimentos administrativos da PPLAN para atingir maior qualidade das atividades executadas.

Realização de ações por objetivo

Objetivo 1: Realizar a reestruturação da PPLAN
O objetivo acima relaciona-se com o seguinte objetivo estratégico da UFSJ: G2 - Reorganizar (aprimorar) as áreas físicas visando sua manutenção, segurança e acessibilidade
Ações realizadas (e ações em elaboração - ações contínuas): As ações referentes a este objetivo foram realizadas conforme planejadas desde o ano de 2017 e se mostraram eficazes quanto ao resultado. O índice de efetividade deste objetivo foi de 86%. Uma das ações planejadas para o mandato de gestão 2016-2020 foi a definição do novo organograma da PPLAN. Ela se desdobrou em duas: a criação do Setor de Convênios e o Núcleo de Planejamento, aprovados pelo Conselho Universitário através da Resolução nº 013 de 6 de maio de 2019, e a incorporação da Divisão Financeira à Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, que será matéria de discussão até maio de 2020. Vale destacar a inclusão da ação de implantação do novo organograma físico e administrativo da Pró-reitoria, a partir da aprovação do novo regimento no Conselho Universitário - CONSU. A formalização deste novo organograma da PPLAN realizada em julho de 2019 foi essencial para que os setores dessem continuidade às suas propostas de organização do trabalho, distribuição de tarefas entre os servidores do setor e incentivo ao mapeamento de processos. Pretende-se que este último item, mapeamento de processos, seja enfatizado como um objetivo no ano de 2020, de forma a instigar que todos os setores iniciem seus trabalhos de mapeamento de processos.

Ações não realizadas:

O índice de insuficiência em relação à realização das ações deste objetivo 1 da PPLAN foi de 14%, pois representa a ação de redefinição do organograma da PPLAN que se dividiu em duas partes. Uma parte foi realizada e a outra não foi, qual seja a incorporação da Divisão de Contabilidade e Finanças - DIFIN à PPLAN, assunto que se estenderá até 2020. Hoje a DIFIN faz parte da Pró-Reitoria de Administração - PROAD e inclui os setores de tesouraria e contabilidade.

Objetivo 2: Implantar o Plano de Logística Sustentável inserido na agenda ambiental da administração pública - Agenda A3P

O objetivo acima relaciona-se com o seguinte objetivo estratégico da UFSJ: G1 - Promover o desenvolvimento profissional e a qualidade de vida no trabalho

Ações realizadas (e ações em elaboração - ações contínuas):

De um total de 8 ações previstas para este objetivo, 4 foram planejadas para 2019. As demais se referiram à Comissão Temporária de Sustentabilidade da qual 3 servidores da PPLAN fizeram parte e concluíram seus trabalhos até 2019. A Comissão Temporária foi nomeada pela Portaria nº 324, de 12 de junho de 2018, e encerrada pela Portaria nº 204, de 16 de abril de 2019. Neste período de tempo foram elaboradas pela Comissão e aprovadas pelo Conselho Universitário a Resolução nº 031, de 8 de outubro de 2018, que aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente de Sustentabilidade (CPS) da UFSJ e a Resolução nº 030, de 8 de outubro de 2018, que estabelece a Política de Sustentabilidade da UFSJ, cria a Comissão Permanente de Sustentabilidade e dá outras providências. O índice de efetividade das ações previstas para este objetivo foi de 63%, sendo 1 ação contínua “Fomentar a comissão com informações e instruções visando o planejamento dos trabalhos” e 1 ação realizada em 2019 “Integrar a comissão permanente de sustentabilidade”. A Comissão Permanente deverá conter 13 membros que buscarão representar áreas diferentes da UFSJ, porém até o momento foram indicados somente 6. Por este motivo a CPS aguarda a nomeação oficial por portaria para iniciar seus trabalhos.

Ações não realizadas:

Portanto, as 3 ações não realizadas, ou 37%, estão vinculadas à emissão de portaria de nomeação da Comissão Permanente de Sustentabilidade, por parte da Reitoria. Os dois nomes de servidores da PPLAN que deverão compor a Comissão Permanente já foram indicados por memorando. As ações envolvem participar do desenvolvimento do método de acompanhamento e monitoramento do plano de ação do PLS, participar da elaboração dos indicadores de sustentabilidade para acompanhamento do PLS e participar da integração o PLS com as ações em desenvolvimento na UFSJ. Elas ações estavam previstas para setembro de 2019.

Objetivo 3: Implantar o Orçamento Participativo na UFSJ
O objetivo acima relaciona-se com o seguinte objetivo estratégico da UFSJ: G5 - Desenvolver a gestão orçamentária de forma transparente e participativa
<p>Ações realizadas (e ações em elaboração - ações contínuas):</p> <p>O objetivo numero 3 da PPLAN foi composto por treze ações mapeadas para serem realizadas entre 2017 e 2020. Seu índice de efetividade está em 62%, ou seja, foram realizadas 8 ações, 3 estão em elaboração e 2 estão previstas para 2020.</p> <p>Sobre as ações específicas de 2019, que se referem à Matriz de Distribuição Orçamentária, os dados de input foram atualizados via Pro-reitoria de Ensino em virtude de pouca confiabilidade dos dados obtidos no Contac. A Comissão de Elaboração de Matriz Orçamentária Interna, em parceria com a PPLAN, está trabalhando os dados acadêmicos e identificando fontes de dados para simular e propor critérios de alocação de orçamento. A PPLAN está trabalhando junto com Comissão sobre um modelo a ser submetido.</p> <p>Uma apresentação da evolução orçamentária da UFSJ foi iniciada no primeiro semestre de 2019 compondo a pauta da Reitoria fora de sede, inicialmente no Campus Centro-Oeste Dona Lindu. No segundo semestre foi trabalhado internamente junto à Comissão de Elaboração de Matriz Orçamentária Interna possíveis propostas de modelo para apresentação à comunidade e consequente escolha de prioridades. Vislumbra-se que a discussão atinja todos os campi para a proposta orçamentária de 2020.</p>
<p>Ações não realizadas:</p> <p>O índice de insuficiência deste objetivo atingiu 15% porém se refere às ações previstas para janeiro de 2020, que são a aplicação da matriz para distribuição orçamentária e a distribuição do orçamento por meio da nova matriz. Pode-se considerar, portanto, que o resultado apurado em 2019 foi satisfatório.</p>

Objetivo 4: Participar da Organização e Elaboração do PDI (2019-2023)
O objetivo acima relaciona-se com o seguinte objetivo estratégico da UFSJ: A1 - Assegurar a excelência em ensino, pesquisa e extensão
<p>Ações realizadas (e ações em elaboração - ações contínuas):</p> <p>O objetivo 4 da PPLAN foi composto por 5 ações que foram realizadas entre 2017 e 2018, representando assim um índice de efetividade de 100%. As ações giraram em torno da elaboração do PDI 2019-2023.</p> <p>Foi nomeado pelo Reitor da UFSJ um Comitê Executivo, por meio da Portaria nº 492/2018,</p>

responsável por coordenar o processo de elaboração participativa do PDI. Essa Portaria foi complementada pelas Portarias nº 552/2018, nº 570/2018 e nº 609/2018, nomeando os membros definitivos do Comitê em cuja composição se fizeram representadas as três parcelas da comunidade acadêmica.

A elaboração do documento seguiu 7 etapas, que se estenderam entre 2018 e 2019:

Etapa 1: constituição da primeira comissão de trabalho - Comitê Executivo, sob a presidência do vice-reitor, para avaliar o PDI 2014-2018, tomando como referência os relatórios de gestão do período. Foram definidos três eixos temáticos – acadêmico, administrativo e estrutural, subdivididos em 17 temas. Houve a constituição de 17 grupos de trabalho (GTs), compostos por servidores docentes, técnico-administrativos e discentes da UFSJ, para trabalhar os textos-base de cada tema e elaboração da proposta de cronograma de desenvolvimento dos trabalhos. Nas temáticas que envolvem as áreas como Artes, Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-graduação, Inclusão e Acessibilidade, que já possuem estrutura colegiada da Universidade, as discussões ocorreram inicialmente em reuniões abertas nessas instâncias representativas.

Etapa 2: reuniões dos GTs para a consolidação dos textos-base de cada tema, definição do quadro de metas e indicação de membros para composição da segunda comissão de trabalho - Comissão de Elaboração da Minuta do PDI 2019-2023, responsável por discutir e organizar os dados e propor a versão inicial do documento.

Etapa 3: constituição da Comissão de Elaboração da Minuta do PDI 2019-2023, por meio da Portaria nº 88/2019, responsável por elaborar a proposta preliminar do PDI 2019-2023 discutido com a comunidade universitária. A partir dos textos-base produzidos nos GTs e de contribuições da comunidade por meio do endereço pdi@ufsj.edu.br, a Comissão discutiu, elaborou e disponibilizou a proposta preliminar no portal da UFSJ, além do compartilhamento com estudantes e servidores por mensagem eletrônica, solicitando sugestões e propostas de aprimoramento. Nesta fase, técnicos da Pró-reitoria de Planejamento participaram das discussões, registrando os debates e avaliando as propostas que surgiram nos GTs.

Etapa 4: discussão da versão preliminar e acolhimento de propostas no âmbito da UFSJ. Foram realizadas duas reuniões no Conselho Universitário, com apresentação dos pontos principais do Plano para que os conselheiros pudessem contribuir com críticas e sugestões.

Etapa 5: disponibilização prévia da Minuta do PDI 2019-2023 para apreciação da comunidade no sítio (www.ufsj.edu.br/pdi) e posterior realização de seis consultas públicas nos seis campi da UFSJ, para as quais foram convidados os três órgãos representativos de categorias (DCE, SIND-UFSJ e AD-UFSJ) e representantes da sociedade (setores dos poderes executivo, legislativo e judiciário, do setor produtivo e trabalhista, da sociedade civil) para que os participantes apresentassem críticas e sugestões ao documento.

Etapa 6: a Comissão de Elaboração da Minuta do PDI 2019-2023 analisou e sistematizou todas as propostas que surgiram das consultas públicas e enviadas por e-mail para consolidar o texto do PDI 2019-2023 que foi, finalmente, submetido ao Conselho Universitário para relato.

Etapa 7: Submissão da Minuta do PDI 2019-2023 para análise pelo Conselho Universitário da UFSJ, que finalmente foi aprovado e publicado em outubro de 2019.

Ações não realizadas:

Não houve ações não realizadas neste objetivo, uma vez que vários servidores docentes, técnico-administrativos e discentes da UFSJ se agruparam para realizar o trabalho conjunto de elaboração do PDI para a UFSJ, com a participação ativa do Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento. Pode-se considerar, portanto, índice de insuficiência de 0%.

Objetivo 5: Elaborar e acompanhar o Plano Estratégico Setorial - PES (2017-2020), englobando o Plano de Gestão de Riscos, Integridade e Governança Institucional

O objetivo acima relaciona-se com o seguinte objetivo estratégico da UFSJ: G4 - Promover a reestruturação administrativa com o mapeamento e definição das políticas de fluxos de processos

Ações realizadas (e ações em elaboração - ações contínuas)

Este objetivo 5 atingiu 100% de efetividade, tanto na realizações das ações anteriores quanto aqueles programadas para 2019. As 7 ações previstas para o ano ficaram sob responsabilidade do Núcleo de Planejamento, do Diretor e do Pró-reitor de Planejamento. Foram elas: finalização da elaboração do relatório de gestão 2018; realizar ajustes no relatório de gestão 2018, propostos pela Assessoria de Comunicação - ASCOM e Auditoria; envio do relatório de gestão 2018 para a Secretaria dos Órgãos Colegiados para apresentação com os relatores CONDI e CONSU; postagem do relatório de gestão 2018 no e-Contas e inclusão no Planejamento Estratégico Setorial - PES da coluna Risco de Integridade das ações previstas.

Observa-se que o Núcleo de Planejamento é responsável por informar as diretrizes, instruir e cobrar das unidades da UFSJ os conteúdos que serão utilizados na prestação de contas da Universidade. A partir da metodologia do PES iniciada em 2017, evoluímos a forma de planejamento interno das unidades para que utilizem o PES como documento de gestão.

O Planejamento Estratégico Setorial da UFSJ (PES) 2017-2020 é um documento que traz a missão, visão e valores, objetivos, ações e prazos, bem como os métodos de controle e acompanhamento das ações planejadas para os quatro anos do mandato do Reitor. O PES foi desenvolvido pela equipe de planejamento da atual gestão e pode ser entendido como o conjunto de procedimentos e ações que visam à aplicação eficaz dos recursos disponíveis e/ou exploração de condições favoráveis que porventura a Universidade desfrute, visando ao alcance de determinados objetivos.

Para tanto, foram considerados os contextos externos e internos da Instituição, de forma a tornar possível a execução do planejamento. Por isso se torna necessária a coerência entre os objetivos e as ações, a otimização dos recursos humanos e orçamentários, acompanhamento dos resultados e o comprometimento de toda a Universidade para a concretização dessas ações e objetivos.

Um importante pressuposto para o adequado desenvolvimento do Planejamento Estratégico Setorial na UFSJ foi o envolvimento da alta administração, das pró-reitorias, assessorias, divisões, setores e participação ativa das pessoas em todo o processo. Os documentos de referência foram o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014/2018 e a proposta de campanha para Reitoria 2016/2020.

As unidades administrativas envolvidas no processo de planejamento foram usualmente

denominadas “setoriais”. Estas contribuíram diretamente com o desenvolvimento do PES e foram fundamentais na engrenagem do sistema e no acompanhamento das ações planejadas. As setoriais da UFSJ, participantes do PES em 2019, foram:

- Assessoria de Comunicação - Ascom
- Assessoria de Assuntos Internacionais - Assin
- Campus Centro-Oeste - CCO
- Núcleo de Educação a Distância - Nead
- Núcleo de Tecnologia da Informação - NTinf
- Ouvidoria
- Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento - PPlan
- Pró-Reitoria de Administração - Proad
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - Proae
- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - Proen
- Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - Proex
- Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - Progp
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Prope

Contido no PES está o Plano de Gestão de Riscos, conforme previsão da Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 01/2016, que será detalhado em outra seção deste relato.

Ações não realizadas:

Não houve ações não realizadas neste objetivo, mesmo porque o ciclo de planejamento nas setoriais da UFSJ é anual e seu conteúdo é aprimorado a cada ano, o que proporciona melhor entendimento e domínio do conteúdo tanto pela PPLAN quanto pelas demais Pró-reitorias.

Objetivo 6: Melhorar os processos/procedimentos administrativos da PPLAN para atingir maior qualidade das atividades executadas

O objetivo acima relaciona-se com o seguinte objetivo estratégico da UFSJ: G4 - Promover a reestruturação administrativa com o mapeamento e definição das políticas de fluxos de processos

Ações realizadas (e ações em elaboração - ações contínuas):

As ações realizadas até o final do ano de 2019 para a melhoria dos processos/procedimentos administrativos da PPLAN demonstram que o índice de efetividade atingiu 48%. Em números absolutos foram 16 ações finalizadas desde 2017, 11 em elaboração e 6 não realizadas, num total de 33 ações planejadas para este objetivo, pulverizadas entre os setores da PPLAN. Seguem-se os detalhamentos dos setores.

No Setor de Convênios e Projetos (SECAP), os modelos de documentos utilizados foram revistos e atualizados de acordo com as experiências iniciais do setor. Após pouco mais de um ano e meio de funcionamento, percebe-se que ainda podem passar por melhorias.

Foram disponibilizadas na página do SECAP informações essenciais sobre os instrumentos jurídicos vigentes, tais como: nº do processo de origem, cópia do instrumento jurídico celebrado e

respectiva publicação no diário oficial, vigência e valor.

Além disso foram disponibilizadas informações acerca do fluxo a ser observado e modelos de alguns dos documentos necessários.

No Setor de Contratos (SECO), as ações realizadas que merecem destaque são a criação de uma planilha de controle em consonância com o SIPAC; o envio de memorandos aos fiscais de contratos com antecedência mínima de 30 dias para o fim da vigência contratual; o cadastro no SIPAC de e-mails a serem notificados com 90, 75, 60 e 30 dias de antecedência para o final da vigência contratual e, por fim, o contato telefônico com os fiscais contratuais.

Houve reunião entre os Pró-Reitores de Planejamento e de Administração para definição da capacitação dos fiscais contratuais, atualização e padronização das ações dos mesmos. A reunião foi realizada porém não haverá capacitação dos fiscais de contrato além daquela feita em curso de agosto/2017 administrado por palestrante via Plano de Capacitação da UFSJ.

Com o objetivo de atualizar e realizar melhorias nos termos contratuais e nos trâmites processuais, houve capacitação em junho de 2019, na qual melhorias foram sugeridas. Ressalta-se que a capacitação deverá acontecer de forma contínua, haja vista a contínua mudança de legislação e consequente adequação dos trâmites contratuais.

Após o curso de capacitação realizado em junho de 2019, foi proposta a implantação do parecer referencial nos aditivos de prorrogação de vigência contratual, a fim de dar mais celeridade aos trâmites processuais, reduzindo assim o número de setores onde o processo tramita.

Além disso, a implantação de contratos com vigências superiores a 12 meses, com intuito de reduzir gastos para a UFSJ (serviços continuados), e implantação de novas regras para garantia nos contratos continuados e obra também foram propostos.

Já para a definição e implantação dos documentos padronizados para se evitar equívocos e instruir o processo de contratação da melhor forma possível, com transparência e celeridade, foi formada pela UFSJ uma comissão, através da Portaria nº 237 de 09/05/19, que elaborou um manual de apoio à fiscalização onde consta uma relação de documentos padronizados a serem utilizados pelos fiscais.

Para assegurar a implantação da orientação administrativa contratual, com o objetivo de realizar a conferência dos cálculos apresentados pelos fiscais em aditivos e apostilamentos, para que falhas possam ser corrigidas em tempo hábil, evitando danos aos cofres públicos, foi alocada no Setor de Contratos e Credenciamentos uma servidora com a função específica de realizar essa conferência de valores, servidora essa que possui conhecimento aprofundado em cálculos.

Novos credenciamentos são realizados no sistema SICON, a fim de uniformizar a utilização do sistema com os contratos, reduzir custos e padronizar ações.

No Setor de Planejamento Orçamentário (SEPLO), o controle de despesas é feito com o aprimoramento do controle de execução das despesas através do SIAFI e com apoio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP, pois não foi possível a utilização do Tesouro Gerencial. Esta ação ocorre diariamente, tendo como fonte os dados retirados do SIAFI e comprovados com relatórios do SIOP.

Para cadastro, acompanhamento e prestação de contas dos TEDs (Termo de Execução Descentralizada) no SIMEC, o que foi planejado foi realizado, mas essa ação se repete ao longo do exercício atendendo as demandas da UFSJ e as prestações de contas são feitas até 60 dias após o

vencimento de cada TED. O andamento dos TEDs é acompanhado no SIMEC diariamente.

Ressalta-se a utilização do SIMEC como ferramenta oficial de controle do orçamento e acompanhamento das ações orçamentárias. A LOA de 2019 foi executada bem como o acompanhamento da receita e acompanhamento das ações. Em 2019 foi realizado o acompanhamento das receitas do corrente exercício. Foram projetadas as receitas do próximo exercício e elaborada a PLOA 2020. Já foi realizado o acompanhamento das ações do primeiro semestre/2019 e demandadas às unidades informações referentes ao segundo semestre.

A proposta de distribuição orçamentária para o exercício de 2020 foi elaborada pelo SEPLO e se encontra em análise pelo Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento, juntamente com o Diretor da DPLAG, para posterior encaminhamento ao Conselho Diretor da UFSJ – CONDI.

As unidades são demandadas na primeira semana de dezembro de 2019 para elaboração dos indicadores do TCU para lançamento no SIMEC.

Outras ações que merecem destaque e estão em andamento se referem à revisão da relação entre a UFSJ e Fundação de Apoio, com base na legislação externa e interna, elaboração do manual de prestação de contas de recursos gerenciados pela FAUF, modelos de boas práticas de gestão e excedente de produção de fazendas universitárias. Houve estudos preliminares da legislação e visitas em outras instituições para identificar referências para benchmark.

Ações não realizadas:

Em um índice de insuficiência de 18%, as ações não realizadas foram justificadas da forma descrita a seguir.

No Setor de Convênios e Projetos (SECAP), após discussões com o Pró-reitor, constatou-se que a revisão da Resolução 007 CONDI de 29/08/2016, que trata do relacionamento da UFSJ e FAUF em termos de convênios e suas modalidades, pode contar com a contribuição do SECAP, mas não deve ficar a cargo do setor, porque extrapola suas atribuições, bem como a Resolução 058 CONSU de 27/11/2006, que regulamenta a celebração de termos de natureza administrativa e acadêmica.

Quanto a implantar a metodologia de acompanhamento e execução dos convênios, suas modalidades e seus relatórios finais, o atual contingente de servidores do SECAP de apenas dois servidores é insuficiente para a realização desse tipo de acompanhamento. Sem que haja expansão da mão de obra, não há condições de ampliar os serviços prestados. Além disso, entendemos que a atuação nas etapas de orientação, aprovação do projeto, acompanhamento da execução e prestação de contas fere o princípio da segregação de funções, já que pode haver contaminação do julgamento ao longo do processo.

Após participação da Semana Orçamentária de 2018, e de acordo com orientação dos palestrantes, recebemos a orientação de que a celebração de instrumento jurídico com a Fundação de Apoio, da forma como é realizada pela UFSJ, por não contemplar os requisitos necessários à celebração de convênio, em especial a existência de contrapartida por parte da fundação, não justifica a utilização do SICONV.

Devido à escassez de cursos de capacitação próximos que atendam às necessidades de treinamento específicas do setor, aos elevados custos dos cursos disponíveis e ao elevado volume de trabalho do setor não foram encontradas datas que permitissem a compatibilização das atividades com a participação nos cursos. Além disso, o setor é composto por apenas duas servidoras. Portanto, a ausência de um servidor para participação em vários dias de treinamento reduz consideravelmente a

capacidade de atendimento do serviço.

No Setor de Contratos (SECOC), cabe registrar que a servidora com a função específica de realizar a conferência de valores nos contratos afastou-se para a realização de mestrado, o que reduziu a força de trabalho do setor.

Foi apresentado ao Pró-Reitor de Planejamento e ao Diretor de Planejamento e Gestão - DPLAG - um relatório com a sugestão da implantação do parecer referencial nos aditivos de prorrogação de vigência contratual, porém é necessário uma reunião junto a Procuradoria Jurídica - PROJU para apresentação da proposta, fato que ainda não aconteceu.

No Setor de Orçamento (SETOR), a matriz orçamentária está em elaboração pela elevada complexidade que gira em torno de sua aprovação e implementação, na qual a execução do orçamento é operacionalizada por 190 centros de custos. Assim, os dados da Matriz OCC, o histórico orçamentário dos últimos exercícios, o número de alunos, os cursos, as turmas e os laboratórios não são suficientes para suprir todos as necessidades da complexa demanda, pois existem peculiaridades que devem ser consideradas como distancias entre a sede e os campi fora de sede, o nível de maturidade do curso, as instalações, os laboratórios, os fatores próprios do orçamento geral, como recebimento de cotas e limites de empenhos, prazos de execução e nivelamento de procedimentos. Todos estes apontamentos interferem na definição dos padrões para distribuição orçamentária interna, pautado em procedimentos padronizados.

A ação está sendo realizada no modelo atual, buscando aperfeiçoamento, tendo ainda que passar por debates participativos e aprovações que são as próximas etapas do processo.

Por fim, a transcrição dos procedimentos de rotina para manuais de procedimento será reprogramada pela PPLAN como um objetivo em 2020, para que cada setor detalhe seu objetivo nas ações e prazos que julgar pertinentes para sua realização. Em 2019 a ação ficou dependente da definição da nova estrutura da Pró-reitoria de Planejamento e por este motivo não foi concluída.

Gestão de Riscos

Objetivo 1: Realizar a reestruturação da PPLAN

Prevenção aos riscos:

Em relação à resposta aos riscos, obtivemos 83% de prevenção aos riscos com a realização das ações propostas do objetivo 1, que possuem classificação de risco maioritariamente operacional e alto. Ainda que a maioria das ações tivessem sido realizadas em anos anteriores, a discussão e proposta de organograma foi realizada de forma participativa e consentida pelos servidores da Pró-reitoria de Planejamento. Os riscos de integridade foram mapeados como ausentes nas ações previstas para este objetivo, ou seja, não há ameaças de fraude, corrupção ou omissão de conduta ética.

Vulnerabilidade:

Sendo assim, o índice de vulnerabilidade de 17% representa a ação de incorporação da DIFIN à PPLAN. Pretende-se concluir a prevenção ao risco de não realização desta ação mantendo-se o

diálogo entre as duas Pró-reitorias, que ainda não concluíram seus apontamentos. Haverá mudança de gestão em maio de 2020, o que poderá influenciar neste diálogo.

Objetivo 2: Implantar o Plano de Logística Sustentável inserido na agenda ambiental da administração pública - Agenda A3P

Prevenção aos riscos:

O índice de prevenção aos riscos para este objetivo está em 63% - foram planejadas 8 respostas preventivas aos riscos (uma para cada risco identificado), sendo que 5 respostas aos riscos foram realizadas. Estes riscos classificados como operacionais e baixos foram também classificados como ausentes de risco de integridade, ou seja, não há ameaças de fraude, corrupção ou omissão de conduta ética.

Vulnerabilidade:

Quanto à vulnerabilidade, as três ações não realizadas representam 38% de vulnerabilidade do objetivo 2. Seu nível de risco foi classificado como alto. As causas mapeadas foram a falta de indicação de membros para composição da Comissão Permanente de Sustentabilidade, a dificuldade na identificação dos melhores indicadores de medição e a desatualização das ações do PLS também pela falta de nomeação da Comissão.

As respostas aos riscos propostas foram cobrar dos responsáveis as indicações para compor a comissão, para emissão da portaria e início das atividades e buscar benchmark de indicadores de medição em outras universidades.

Objetivo 3: Implantar o Orçamento Participativo na UFSJ

Prevenção aos riscos :

Neste objetivo o índice de prevenção aos riscos chegou a 62%, considerando as 8 ações realizadas. Não houve risco de integridade mapeado para as ações.

Já as ações em elaboração apontam que dificuldade de agenda, falta de participação da comunidade e dificuldade de pauta nos conselhos são descrição de riscos de alto impacto. Suas possíveis causas são insegurança ou incerteza política, excesso de demandas aos conselhos e excesso de demandas dos envolvidos. A fim de mitigar estes riscos foi realizada a comunicação visando a conscientização para a participação dos envolvidos e acompanhamento das pautas dos conselhos, solicitando priorização.

Vulnerabilidade:

Em termos de vulnerabilidade das ações do objetivo 3, chega-se a 15%, pois há 2 ações não realizadas, apesar das mesmas estarem planejadas para janeiro de 2020. Estas duas ações tem risco financeiro e operacional, com alto impacto. Outra característica é o risco de integridade presente, uma vez que se trata do âmbito orçamentário. Entretanto o trabalho para concretização destas ações é contínuo.

Objetivo 4: Participar da Organização e Elaboração do PDI (2019-2023)

Prevenção aos riscos :

O índice de prevenção ao risco deste objetivo 4 foi de 100%. Os riscos concernentes às ações que se referem à elaboração do PDI foram categorizadas como de risco operacional baixo, descritos como perda do prazo, desinteresse pelo FORPDI, falta de integração entre a equipe designada e ação fora da responsabilidade da PPLAN, pois a composição do Comitê Executivo ficou a cargo da Reitoria. Entretanto todo o roteiro d trabalho foi realizado com sucesso. Os riscos de integridade estiveram ausentes.

Vulnerabilidade:

Índice de vulnerabilidade 0%, ou seja, as ações planejadas foram realizadas e não expuseram o objetivo aos riscos, tanto de não realização quanto de integridade.

Objetivo 5: Elaborar e acompanhar o Plano Estratégico Setorial - PES (2017-2020), englobando o Plano de Gestão de Riscos, Integridade e Governança Institucional

Prevenção aos riscos :

As ações previstas em 2019 para este objetivo foram respondidas com a conferência permanentemente das orientações do TCU, informando à reitoria quais as unidades não cumpriram o cronograma acordado para finalização do relatório de gestão 2018, priorizando as atividades da equipe para realização da ação, agendando com antecedência inclusive com a SOCES, cumprindo o planejamento proposto, expondo a legislação e instruindo o procedimento.

Vulnerabilidade:

O índice de vulnerabilidade é igual a zero, bem como o risco de integridade. Apesar disso, as ações sofrem revisão anual no sentido de aprimorar o ciclo de planejamento, o que merece cuidado e atenção especiais por se tratar da prestação de contas da UFSJ.

Objetivo 6: Melhorar os processos/procedimentos administrativos da PPLAN para atingir maior qualidade das atividades executadas.

Prevenção aos riscos:

O índice de prevenção aos riscos para este objetivo está em 52%, considerando-se que 17 ações

foram realizadas e 11 estão em elaboração ainda dentro do prazo planejado, de um total de 33 ações distribuídas entre cinco setores da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, de 2017 a 2020.

Em relação a 2019, no Setor de Convênios e Projetos (SECAP), a revisão dos modelos de documentos utilizados pelo setor propiciou melhor compreensão por parte dos usuários, facilitando o trabalho dos envolvidos. Com a experiência adquirida com o decurso do tempo, percebe-se que os modelos ainda podem passar por melhorias, no intuito de facilitar ainda mais as tarefas.

A publicidade na página do Setor de Convênios e Projetos, das informações essenciais sobre os instrumentos jurídicos vigentes, permite acesso livre a qualquer interessado a respeito das informações essenciais dos instrumentos, além de facilitar consultas rápidas.

A disponibilização de informações acerca do fluxo a ser observado e modelos de alguns dos documentos necessários, bem como links para a legislação aplicável, permite melhor compreensão dos usuários.

No Setor de Contratos (SECOC), o risco para acompanhamento da vigência contratual foi minimizado ao extremo devido ao esforço da equipe do SECOC que tenta a cada dia ampliar meios para que o objetivo seja cumprido de forma plenamente satisfatória, buscando reduzir os riscos, realizando a prevenção destes. Assim destaca-se a comunicação com os fiscais contratuais de diferentes formas e com grande antecedência ao fim da vigência contratual.

Assim como o risco para acompanhamento da vigência contratual, o risco para a implantação da orientação administrativa contratual também foi minimizado ao extremo devido ao esforço da equipe em especial a servidora destinada a execução deste objetivo, que conduziu com excelência o processo.

A definição de capacitação dos fiscais contratuais foi concluída, porém não foi realizado pelo SECOC e sim pelo cronograma de capacitação da UFSJ.

A capacitação externa dos servidores do SECOC em orientação administrativa contratual foi realizada de maneira totalmente satisfatória, porém, a capacitação deve ser um ato contínuo devido às constantes mudanças na legislação.

A definição e implantação dos documentos padronizados no SECOC também foi concluída, porém não foi realizado pelo SECOC e sim por comissão criada para este fim.

No que se refere à implantação do parecer referencial nos aditivos de prorrogação de vigência contratual, para dar mais celeridade ao processo e implantação de contratos com vigências superiores a 12 meses, com intuito de reduzir gastos para a UFSJ (serviços continuados), foi realizada a capacitação no mês de junho de 2019 e apresentado relatório detalhado para demonstrar os ganhos que a UFSJ poderá ter ao adotar tal medida. Isso vale também para a implantação de novas regras para garantia nos contratos continuados e obras.

Já a inclusão de novos credenciamentos no sistema SICON, uniformizando a utilização do sistema com os contratos, foi totalmente concluída, o que torna o risco inexistente. Isso foi possível graças ao esforço da equipe do SECOC que fez análise prévia do sistema concluindo que o mesmo suportaria a demanda.

No Setor Orçamentário (SETOR), a postura adotada tem sido de atender somente as demandas que não extrapolam os valores recebidos pelas unidades, registrar e documentar no próprio sistema de

gestão interna, através de um histórico que cite a forma de obtenção dos recursos e especialmente, quando obtidos de forma extraordinária, sempre atento à finalidade, aos editais, às origens, às autorizações expressas, entre outros. Orientar os usuários, sempre que os mesmos tenham dificuldades de realizar uma atividade imposta pela finalidade do orçamento ou quantidade dos recursos orçamentários.

Vulnerabilidade:

O índice de vulnerabilidade ficou em 30%, o que representa as 10 ações não realizadas do objetivo 6 da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, e serão justificadas a seguir.

No Setor de Convênios e Projetos (SECAP), como já mencionado, constatou-se que a revisão da resolução pode contar com a contribuição do Secap, mas não deve ficar a cargo do setor, porque extrapola suas atribuições. Assim o SECAP não tem como controlar os riscos de sua realização, já que depende de diversos segmentos da instituição, além da Fundação de Apoio.

O atual contingente de servidores do SECAP de apenas duas pessoas é insuficiente para a realização desse tipo de acompanhamento. Sem que haja expansão da mão de obra, não há condições de ampliar os serviços prestados. Além disso, entendemos que a atuação nas etapas de orientação, aprovação do projeto, acompanhamento da execução e prestação de contas fere o princípio da segregação de funções, já que pode haver contaminação do julgamento ao longo do processo. Assim, não dispomos de equipe suficiente para atuar na minimização dos riscos.

Após participação da Semana Orçamentária de 2018, e de acordo com orientação dos palestrantes, recebemos a orientação de que a celebração de instrumento jurídico com a Fundação de Apoio, da forma como é realizada pela UFSJ, por não contemplar os requisitos necessários à celebração de convênio, em especial a existência de contrapartida por parte da Fundação, não justifica a utilização do SICONV. Continuaremos em busca de treinamentos disponíveis adequados às necessidades da equipe, cujos valores sejam razoáveis.

No Setor de Contratos (SECOC), o índice de vulnerabilidade para acompanhamento da vigência contratual é extremamente baixo, tendo em vista os diferentes meios de comunicação utilizados e antecedência ao fim da vigência contratual.

Quanto à vulnerabilidade da implantação da orientação administrativa contratual, a servidora que estava capacitada e executando de forma plena o objetivo afastou-se para mestrado, o que causou um problema na continuidade do mesmo, haja vista a necessidade de nova capacitação para outros servidores.

Na atual situação econômica que a UFSJ passa, é grande a possibilidade da não continuidade na capacitação dos servidores do SECOC, o que causará um retrocesso no processo de contratações públicas.

Para a implantação do parecer referencial nos aditivos de prorrogação de vigência contratual, o índice de vulnerabilidade é grande, tendo em vista que depende de aceitação da Procuradoria Jurídica (PROJU) na implantação do referido parecer, o que foge ao alcance das competências do SECOC.

O índice de vulnerabilidade da implantação de contratos com vigências superiores a 12 meses e contratos continuados e obras é grande, tendo em vista que depende de aceitação de vários setores da UFSJ na implantação da proposta, o que foge ao alcance das competências do SECOC.

No Setor Orçamentário (SETOR), considerando o intuito de ter uma gestão participativa e somando todos os campi da UFSJ, são aproximadamente 190 centros de custos que recebem e operacionalizam recursos orçamentários. Assim, ainda que atentos a uma distribuição orçamentária que respeite inicialmente a Matriz OCC, o histórico orçamentário dos últimos exercícios, o número de alunos, cursos, turmas e laboratórios, existem outros fatores como elevado número de operadores do sistema de gestão interna, baixo conhecimento técnico de orçamento público e utilização esporádica do procedimento.

O risco de integridade, ainda que menor que 10%, deve ser considerado neste objetivo pela possibilidade de omissão de conduta ética, fraude ou corrupção na distribuição do orçamento e acréscimos a um ou outro interessado. A aproximação da direção administrativa ou a obtenção de recursos a mais que o previsto na distribuição ordinária anual são exemplos de possibilidade de favorecimento que podem influenciar as autoridades com poder de decisão.

Ao final, as ações previstas para este objetivo que poderiam culminar em riscos de integridade foram 11, ou seja, do total de 33 ações, um terço delas merece a devida atenção contra as práticas de fraude, corrupção ou omissão de conduta ética, especialmente aquelas ações que se referem ao input de dados em sistemas de controle e distribuição orçamentária, em qualquer dos âmbitos da esfera pública.